



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 28/02/2013

LEI Nº 885, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a opção do Município de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 062/2009 - Regulamenta o patamar de Requisição de Pequeno Valor - RPV, descrito nos Parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal e dá outras providências alterando.

O Prefeito do Município de Santa Tereza do Oeste no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara do Município de Santa Tereza do Oeste Estado do Paraná aprovou e eu, Amarildo Rigolin, Prefeito do Município sancionei a seguinte lei, de autoria do poder executivo municipal.

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Pagamento de Precatórios no Município de Santa Tereza do Oeste, nos termos do caput do art. 97, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O Município de Santa Tereza do Oeste, opta pelo pagamento dos precatórios vencidos, relativos às suas administrações diretas e indiretas, e os emitidos durante o período de vigência do regime especial pelo prazo de 15 (quinze) anos, para pagamento dos precatórios vencidos e não pagos até a data de 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º O depósito dos valores será efetuado junto a conta especial aberta junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a quem caberá a administração e pagamento dos precatórios expedidos, por qualquer Tribunal.

Parágrafo único. Para efeito do depósito, será atualizado o valor dos precatórios pendentes de pagamento, acrescidos do índice oficial da remuneração básica e juros da caderneta de poupança para fins de compensação de mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuindo das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento criado no art. 1º desta lei.

Art. 4º Ficam definidos os patamares de Requisição de Pequeno valor para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

~~§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao valor de 200 UFM (Unidade Fiscal do Município), sendo garantido como valor mínimo o valor correspondente ao maior benefício do regime geral de previdência social.~~

§ 1º A obrigação de pequeno valor ou RPV - Requisição de Pequeno Valor, corresponderá ao valor de 50 Unidades Fiscais do Município - UFM; (Redação dada pela Lei nº 959/2013)

§ 2º Os valores serão corrigidos anualmente de acordo com o índice de correção da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista, conforme dispõe art. 17, parágrafo quarto, da Lei Federal nº 10.259/2001.

§ 5º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 5º Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

~~**Art. 6º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.~~

Art. 6º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor ou PRV - Requisição de Pequeno Valor, será realizado no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do ofício requisitório, devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo, a respectiva liquidez da obrigação e o competente Ofício Judicial Requisitório. (Redação dada pela Lei nº 959/2013)

Art. 7º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Tereza do Oeste, Estado da Paraná, em 29 de setembro de 2011.

AMARILDO RIGOLIN
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 01/11/2023